



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017-CREF9/PR  
 PROCESSO Nº. 005/2017  
 REF: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEDAN ZERO KM PARA DIRETORIA E SETOR ADMINISTRATIVO.

## 1 DO PREÂMBULO

1.1 O Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região Estado do Paraná – CREF9/PR, Autarquia Federal Órgão de Fiscalização do Exercício Profissional por outorga da Lei Federal 9696 de 01 de Setembro de 1998 c/c ADIN 1717-6, inscrito no CNPJ/MF, 04.485.030/0001-96- através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, designada pelas Portarias 078/2008 e 137/2011, instalada na sala de Atividade de Licitações e Contratos do CREF9/PR, na Rua Amintas de Barros nº 581 Bairro Centro Curitiba, Estado do Paraná, torna publico, a quem possa interessar do presente certame licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no tipo **MENOR PREÇO**, no regime por aquisição direta, por **PREÇO GLOBAL**, o qual será processado e julgado em conformidade com as Leis Federais nºs 8.078 de 11.09.90, 8.666 de 21.06.93, 8.883 de 08.06.94, 9.648 de 27.05.98 e Lei Complementar nº 123/2006, Lei 10.520 de 1 de julho de 2002, Lei Estadual 15.608 de 16.08.2007, Decreto Lei 3.931 de 19.09.2001, e demais normas aplicadas à matéria.

1.2 A abertura dos envelopes ficará determinada para o dia **28 de julho de 2017, às 10hrs**, e os mesmos poderão ser protocolados até às 17hrs do dia anterior.

## 2 DO OBJETO

2.1 O presente Pregão Presencial tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo sedan executivo para a Administração/Diretoria, conforme dispõe o **Memorial Descritivo-Anexo I**.

## 3 DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta licitação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:

**Elemento de Despesa: 4.1.2.1.02.01– Veículos. Fonte: 01.**

**Valor Máximo R\$ 104.715,00 (cento e quatro mil e setecentos e quinze reais.)**

## 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente **PREGÃO PRESENCIAL**, empresas constituídas para o objeto da licitação, conforme sua especialidade, devendo protocolar na sede do CREF9-PR interesse por escrito em participar do procedimento licitatório.

4.2. Estão impedidas de participar da presente Licitação:

a) Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar e/ou contratar, no âmbito do Órgão e/ou da Administração Pública Federal, conforme o art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.883/94;

b) Empresas entre cujos dirigentes, diretores, sócios, responsáveis ou empregados, haja algum dirigente ou servidor do CREF9/PR;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

c) Empresas, isoladas ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

d) Duas ou mais empresas, com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e de fato.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado previsto na lei Complementar 123/2006.

4.3.1. A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

**I** – empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei 9317/96:

a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

**II** – empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei 9317/96:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

b) cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) cópia do contrato social e suas alterações; e

e) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

## **5 DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES**

- Os envelopes poderão ser preenchidos da seguinte forma:

### **a) Envelope nº 01 – Proposta Financeira**

Firma ou razão social e endereço completo do licitante

Destinatário:

A.T: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 001/2017-CREF9/PR

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEDAN ZERO KM PARA DIRETORIA E SETOR ADMINISTRATIVO.

### **b) Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação**

Firma ou razão social e endereço completo do licitante

Destinatário:

A.T: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 001/2017-CREF9/PR

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEDAN ZERO KM PARA DIRETORIA E SETOR ADMINISTRATIVO.

## **6 DO ENVELOPE Nº 01 "PROPOSTA FINANCEIRA"**

6.1 O envelope nº 01 - "Proposta Financeira", será apresentado de forma inviolável, fechado, colado e rubricado devendo conter a proposta financeira, datilografada ou equivalente, redigida em idioma nacional, de forma clara e detalhada, isenta de emendas ou rasuras, constando:

a) Especificação clara do objeto desta Licitação, de acordo com o estabelecido no Memorial Descritivo - Anexo I do Pregão Presencial;

b) Marca do produto ofertado;

c) Preço unitário e total das unidades exigidas, no que couber, ao objeto licitado,

d) Os preços só poderão conter 02 (dois) dígitos, após a vírgula, relativo aos centavos.

6.2 Não serão levadas em consideração as propostas apresentadas por telex, telegrama, fax ou internet;

6.3 A entrega das propostas significará que o proponente estará de acordo com o Memorial Descritivo-Anexo I;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

6.4 Poderão a critério da Comissão, ser relevados erros ou omissões formais dos quais não resultarem prejuízos para o julgamento da Proposta ou para o Ministério Público Federal;

6.5 Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à aquisição dos materiais, tais como: tributos, fretes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e outras despesas de qualquer natureza;

6.6 Deverá constar na Proposta, data e assinatura do (a) responsável pela Empresa e rubrica em todas as vias. Na omissão, a Comissão autorizará perante os licitantes presentes, a assinatura e rubrica por seu responsável, convalidando a exigência, não acarretando desclassificação;

6.7 Caso a empresa interessada não queira mandar representante à reunião de abertura, poderá entregar seus envelopes no endereço mencionado no Preâmbulo deste Pregão Presencial.

## **7 DO ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"**

7.1 O envelope nº 02 "**Documentos de Habilitação**" deverá ser apresentado de forma inviolável, fechado, colado e rubricado, com os documentos exigidos nos subitens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.1.5 em cópia autenticada por cartório competente ou conferida por servidor da Administração, devendo neste caso, o licitante apresentar os originais durante a sessão, para a devida conferência, constando:

### **7.1.1 Da Habilitação Jurídica**

7.1.1.1. Credenciamento ou Procuração do Responsável legal do licitante, no caso de procuração deverá constar desta, **poderes específicos para formular Lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame**. Apresentando documentação oficial com foto ( RG, CNH, etc).

7.1.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, podendo ser substituído pelo **CRC (Certificado de Registro Cadastral), Federal, Estadual ou Municipal** devendo constar o objeto da Empresa, ficando facultado ao Contratante proceder diligências para sanar quaisquer dúvidas quanto a veracidade das informações prestadas;

7.1.1.3 - Decreto de Autorização e Ato de Registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo Órgão competente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeiras em funcionamento no País, quando o exercício de sua atividade assim o exigir, com a devida representação;

7.1.1.4 - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder pela empresa, salvo as vias recursais.

7.1.1.5 – Apresentação do Protocolo de retirada do Edital, junto ao CRF9-PR.

### **7.1.2 Da Regularidade Fiscal**

Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

7.1.2.1. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.1.2.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal mobiliária e imobiliária .

7.1.2.3. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;

7.1.2.4. Prova de Regularidade da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS;

7.1.2.5. As certidões ou informações obtidas por meio eletrônico só terão validade após confirmadas pelo Órgão licitante, nos termos do art. 32, § 2º da lei licitatória e demais regulamentos. A empresa que inserir certidões tidas como falsas serão remetidas aos Ministérios Públicos respectivos, para adoção das providências cabíveis;

7.1.2.6. Ocorrendo dificuldade de acesso por meio eletrônico, a licitação prosseguirá na fase de Habilitação, decidida esta, quando efetiva a comprovação da autenticidade do documento pelo sistema.

7.1.2.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.2.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.2.8 a) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.1.2.8., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.1.2.9 Certidão Negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, no último dia 07 de julho de 2011.

7.1.2.10 As Certidões ou documentos exigidos neste Pregão Presencial, que não apresentarem expressamente o prazo de validade não serão aceitos, sendo aceitos unicamente aqueles cuja emissão tenha sido efetuada até 90 (noventa) dias anteriores à data designada para abertura do certame.

7.1.2.11 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de “**Documentos de Habilitação**” exigidos neste Pregão Presencial, e não trazidos à reunião destinada à habilitação, no respectivo envelope, salvo na hipótese constante do art. 48, § 3º da Lei nº 8.666/93;

7.1.2.12 - Não havendo inabilitados ou se todas as empresas habilitadas manifestarem expressamente desistência de interpor recurso, tal intenção será consignada em Termo de Renúncia ou Ata a ser lavrada, assinada por todos os licitantes presentes, ou após o julgamento dos recursos interpostos, proceder-se-á a imediata abertura das **Propostas**, sendo estas rubricadas, folha por folha, por todas as licitantes, na presença da Comissão, que as autenticará com suas rubricas;

7.1.2.13 – Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso, nos termos do art. 109, inciso I da Lei nº 8.666/93 com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/97.

### **7.1.3. Do cumprimento do art. 7º da Constituição Federal**

7.1.3.1 Declaração de que a proponente não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

## **8 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

8.1. O prazo de validade da Proposta será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da abertura da licitação. Sendo que a presente licitação tem validade de 1 ( um ) ano.

## **9 DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

9.1 O prazo de entrega do objeto licitado será no máximo de **30 (trinta) dias** corridos, a contar da solicitação por escrito do conselho, dentro do período de validade deste Edital, que será feito somente após o recebimento da Ata da Comissão e o respectivo Termo de **Adjudicação e Homologação assinado pelo Presidente da Autarquia**.

9.2 Os objetos licitados deverão ser entregues na sede administrativa da Autarquia CREF9/PR, sito na Rua Amintas de Barros, 581 Alto da XV Curitiba Estado do Paraná Edifício-Sede denominado Jorge Steinhilber, os quais serão recebidos e conferidos pela Diretor Executiva do Órgão, ou por servidores por ela designados.

## **10 DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO**

### **10.1 Da Abertura dos envelopes “Documentos de Habilitação”**

10.1.1 No dia, hora e local designados no Preâmbulo deste Instrumento, serão abertos os envelopes contendo a documentação, que será devidamente rubricada pela Comissão e pelos Proponentes. Credenciamento ou Procuração do Responsável legal do licitante, no caso de procuração deverá constar desta, **poderes específicos para formular Lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame**. Apresentando documentação oficial com foto ( RG, CNH, etc).Após o exame da documentação feito pelo Pregoeiro Oficial e a Comissão Julgadora, esta proclamará os habilitados e, lavrará Ata assinada pelos integrantes da Comissão e representantes dos licitantes presentes;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

10.1.2 - Caso haja licitante não habilitado e que venha a apresentar recurso, observar-se-á o prazo do item 16.1 deste Pregão Presencial, ficando suspensa a classificação e julgamento até decisão do recurso;

10.1.3 Proclamados os habilitados, se **todos** os licitantes desistirem dos recursos, os quais serão consignados em Termo de Renúncia e Ata, será procedido o julgamento dos preços, o mesmo ocorrendo para as demais fases;

10.1.4 A inabilitação do licitante e a renúncia de recurso importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes. Após a fase de habilitação, não caberá desistência da proposta;

10.1.5 Quando todos forem inabilitados, poderá a Administração fixar o prazo de 03 (três) dias úteis à apresentação de nova documentação.

**10.2 Da Abertura dos envelopes “Proposta Financeira”**

10.2.1 Os envelopes “**Proposta Financeira**” de proponentes habilitados serão abertos a seguir, no mesmo local pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, desde que haja renúncia expressa dos proponentes da interposição de recurso, de que trata o art. 109, inciso I, alínea “a” da Lei Federal nº 8.666/93, a qual será devidamente consignada em Ata. Caso contrário, a data da abertura será comunicada às proponentes, através de ofício, após julgado os recursos interpostos ou decorrido o prazo de interposição;

10.2.2. Uma vez abertos os envelopes, as Propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste Pregão Presencial, com exceção do previsto no subitem 7.5 e 11.2.3;

10.2.3 As Propostas que apresentarem erros de cálculos terão os valores corrigidos automaticamente pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, devendo prevalecer para participação do certame licitatório a Proposta devidamente retificada;

10.2.4 As Propostas serão examinadas e rubricadas pela Comissão de Licitação, bem como, pelas proponentes ou seus representantes presentes, e será procedida a leitura dos preços e condições oferecidas;

10.2.5 Desta fase, será lavrada a Ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos representantes presentes e pela Comissão de Licitação, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

**10.3 Dos Critérios para Julgamento**

**10.3.1 Da Desclassificação**

10.3.1.1 Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não obedecerem às condições estabelecidas no Pregão Presencial e especificações contidas em seu Memorial Descritivo-Anexo I;

b) Estipularem faturamento mínimo;

c) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou excessivos. Poderá a Administração nessa hipótese, solicitar justificativa para avaliação, através de documentação que comprove que os custos de insumos são coerentes com os de mercado.

d) Tenham evidentes erros de impressão de que inviabilizem as propostas;

10.3.1.2 Se todas as Propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de outra, escoimada das causas que ensejaram a desclassificação;

10.3.1.3 As cláusulas obrigatórias do Pregão Presencial inadmitem modificação volitiva em suas Propostas pelos licitantes, sendo que estas devem conter apenas o exigido no Pregão Presencial e Memorial Descritivo-Anexo I.

10.3.1.4 Havendo discordância entre preços unitários e os totais resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros, sempre que a eles se precisar recorrer. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.3.2 Da Classificação**

10.3.2.1 As Propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela Comissão, que fará a classificação pelo **preço do item** do objeto licitado, orientando-se pelo tipo de licitação de **menor preço**, e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

aos requisitos contidos no Memorial Descritivo- Anexo I do Pregão Presencial, cujos preços forem compatíveis com os de mercado.

10.3.2.2 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.3.2.2.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.3.2.3 No caso de empate em duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

10.3.2.3.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.3.2.4 Após a classificação das proposta passa-se a sessão de lances de acordo com a ordem de classificação, sendo esses lances de forma verbal, proferido por cada representante habilitado.

#### **10.4 Da Adjudicação e Homologação**

10.4.1 A Administração fará a adjudicação a(s) empresa(s) licitante (s) vencedora(s);

10.4.2 Adjudicado o objeto, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, encaminhará os autos ao Presidente do CREF9/PR para fins de deliberação quanto à homologação da licitação.

#### **11 DA ENTREGA.**

11.1 O CREF9/PR encaminhará a Notificação de aquisição, através de Ofício expedido pela Secretaria Geral do CREF9/PR;

11.2 O CREF9/PR poderá quando a convocada não aceitar receber a Notificação de aquisição, convidar as demais proponentes classificadas, segundo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive de preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei 8.666/93.

11.3 O prazo concedido para retirada da Notificação de aquisição será de 02 (dois dias úteis), podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Presidente do CREF9/PR;

#### **12 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1 O pagamento será efetuado pelo Setor Econômico Financeiro – SEF do CREF9/PR em até 30 dias, através de boleto bancário, salvo atraso na liberação de recursos pelo Setor Econômico Financeiro – SEF, após a entrega do objeto licitado e mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Diretora Executiva, o qual observará as especificações exigidas no Pregão Presencial e seu Anexo I.

#### **13 DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO**

13.1 O objeto licitado poderá ser aumentado ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art.65, § 1º, da Lei nº8. 666/93, salvo exceção prevista no § 2º do art.65 consoante a redação dada pela Lei nº 9.648 de 27.05.98.

#### **14 DAS PENALIDADES E MULTAS**

14.1 A recusa injustificada do adjudicatário em retirar o contrato dentro do prazo estabelecido no item 11.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeita e garantida à prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III, e IV do Art. 87 da Lei 8.666/93 e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste.

14.2 Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízos para o serviço;

14.3 Multa

A sanção de multa será aplicada nos casos de:

Descumprimento dos prazos de entrega.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

- a) Atraso de até 05 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do item, por dia de atraso;
- b) Atraso superior a 05 (cinco) dias, multa de 1% (um por cento), sobre o valor total do item, por dia de atraso;

14.4 As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

14.5 O valor da multa acima referida será descontado de qualquer fatura ou crédito existente do contratante, em favor da contratada.

14.6 Pelo atraso injustificado da entrega dos objetos licitados, fica sujeito o adjudicatário às penalidades previstas no **CAPUT** do Art. 86 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

14.7 Pela não entrega do objeto adjudicado; pela recusa em proceder às modificações devidas, no caso do objeto da licitação não estar em conformidade com as especificações e nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais que interfiram no bom desenvolvimento dos serviços, aplicar-se-á:

14.7.1 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CREF9/PR pelo período de até 02 (dois) anos,

14.7.2 Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com o CREF9/PR, no caso de inexecução total ou parcial das Cláusulas do presente Pregão Presencial, ou enquanto perdurarem os motivos previstos no subitem 14.7.1, deste Instrumento ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

## **15 DO PRAZO DE RECURSOS**

15.1 A interposição de recursos obedecerá ao que estabelece o art. 109 da Lei 8.666/93, podendo o licitante inconformado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, recorrer da decisão da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, contados da comunicação da decisão lavrada em Ata, se presente todos os licitantes, ou da publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

15.2 Os recursos interpostos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação do CREF9/PR, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Presidente da Instituição, onde este decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, nos termos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, com as modificações da Lei 8.883/94.

15.3 Se todos os Licitantes desistirem dos recursos, os quais serão consignados em Termo de Renúncia e Ata, deverá à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO prosseguir na efetivação do procedimento nas fases respectivas;

15.4 Os recursos relativos à Habilitação ou a Inabilitação, ou ao Julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, conforme o art. 109, § 2º da Lei 8.666/93, sendo os mesmos admitidos antes da abertura das fases posteriores à recorrida, sobrestando-se o prazo sempre que ocorrerem fatos que invalidem recursos, defesa, contraditório, etc

15.5 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Pregão Presencial, o licitante que tenha aceito sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

15.6 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Se este recair em dia sem expediente normal neste Órgão, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente;

15.7 O Presidente do CREF9/PR, decorrido os prazos para recursos e decididos os interpostos, homologará ou não a licitação.

## **16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

16.1 Quaisquer esclarecimentos adicionais e itens deste Pregão Presencial por ventura duvidosos poderão ser obtidos pelo fax 41 33638388 e-mail [www.crefpr@crefpr.org.br](mailto:www.crefpr@crefpr.org.br), até 24 (vinte e quatro) horas



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

antes da data marcada à reunião, destinada ao recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta Financeira”.

16.2 Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

16.3 A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão;

16.4 O CREF9/PR, reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de 02 (dois) dias úteis, consoante prevê a Lei nº. 8.666/93, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for;

16.5 As irregularidade sanáveis que venham a surgir no processo licitatório, só importarão na modificação volitiva do instrumento convocatório quando da ocorrência de recursos e impugnações, que sejam considerados procedentes.

16.6 As modificações ocorridas neste Pregão Presencial obedecerão ao disposto no parágrafo 4º, do art.21, da Lei nº 8.666/93.

16.7 - As cópias deste Pregão Presencial poderão ser obtidas na sede Administrativa do CREF9/PR, sito na Rua Amintas de Barros, 581 Alto da XV Curitiba Estado do Paraná de segunda à sexta feira, no horário de 9 as 17 horas, **mediante apresentação do cartão do CNPJ da Empresa.**

16.8 Os casos omissos no presente Pregão Presencial serão resolvidos pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

16.9 Fica eleito o foro da Cidade de Curitiba Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Licitação.

Curitiba, 11 de julho de 2017.

**Jairo Cezar de Oliveira**  
**CREF - 000307-G/PR**  
**Comissão de Licitação e Finanças**

**Mauro de Sá Teixeira**  
**CREF - 000750-G/PR**  
**Comissão de Licitação e Finanças**

**Joel Oliveira de Souza**  
**CREF - 001862-G/PR**  
**Comissão de Licitação e Finanças**

**Marcelo Hagebock Guimarães**  
**CREF - 010101-G/PR**  
**Comissão de Licitação e Finanças**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

## **MEMORIAL DESCRITIVO-ANEXO I**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEDAN ZERO KM PARA DIRETORIA E SETOR ADMINISTRATIVO –  
ITEM 1**

Número de portas: 05

Tipo de carroceria: Sedã

Combustível: Flex (Etanol / Gasolina)

Tipo de caixa de câmbio: Automático

Número de relações para frente: mínimo de 07 marchas para frente.

Motorização: 2.0 Litros ou superior

Tanque de Combustível: mínimo de 60 litros

Pneus: configuração mínimo de 205/55 16”

Volume do porta-malas: mínimo de 470 litros

Direção: Hidráulica ou Elétrica e volante com regulagem de altura e profundidade.

Vidros e Travas: Os vidros verdes com acionamento elétricos, e a trava elétrica em todas as portas.

Ar-condicionado quente/Frio: controle automático/digital.

Sistema de segurança:

- Mínimo de 07 Airbag
- Barra de proteção nas quatro portas para absorção de impacto;
- Apoio de cabeça dianteiro e traseiro;
- Trava automática das portas ativada por movimento do veículo;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ – CREF9/PR**

**ANEXO II**

**REGISTRO DE PREÇOS**

m	Especificação	Tipo	Qtyd	R\$ unit	R\$ total
1	Fornecimento de 01 (um) Automóvel modelo sedã motor flex, com motorização 2.0 ou superior, de cor preta, ar condicionado, direção hidráulica, para utilização exclusiva em Serviço da Autarquia Federal, Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região – CREF9/PR, nos termos da Lei Federal 9696 de 01 de Setembro de 1998 e do DECRETO Nº 6.403, DE 17 DE MARÇO DE 2008., com os itens relacionados no Anexo I	Un	1		

**Jairo Cezar de Oliveira**  
**CREF - 000307-G/PR**  
**Comissão de Licitação e Finanças**

**Mauro de Sá Teixeira**  
**CREF - 000750-G/PR**  
**Comissão de Licitação e Finanças**

**Joel Oliveira de Souza**  
**CREF - 001862-G/PR**  
**Comissão de Licitação e Finanças**

**Marcelo Hagebock Guimarães**  
**CREF - 010101-G/PR**  
**Comissão de Licitação e Finanças**